

A Convenção Europeia da Paisagem Sua contribuição para valorização da dimensão Humana

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA
PAISAGEM

CATEGORIA: ARTIGO SOBRE TRABALHO PRÁTICO

Autor: Luciano Senna Ferreira

Coautor: Patrícia Menezes Maya Monteiro

RESUMO

A pesquisa, vinculada a um mestrado profissional em arquitetura paisagística, examina a dimensão humana na aplicação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP). Embasada em autores como Ian McHarg, Anne Spirn e Michael Hough, além do Observatório da Paisagem da Catalunha, a metodologia incorpora abordagens analíticas e leituras de paisagem. Focalizando a implementação dos Planos de Paisagem na França, a análise busca compreender a influência da dimensão humana na gestão paisagística sob a égide da CEP. Desde o surgimento do planejamento ecológico até a promulgação da CEP em 2006, a pesquisa destaca a ênfase na participação popular, refletida nos Observatórios da Paisagem e nos comitês gestores. Os documentos orientativos do Clube de Planos Paisagísticos na França oferecem recomendações para facilitar a participação efetiva da sociedade. Em suma, a pesquisa contribui para a compreensão da gestão paisagística holística e participativa, considerando a paisagem não apenas como cenário, mas como um elemento ativo na vida das comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Convenção Europeia da Paisagem, dimensão humana, arquitetura paisagística, participação popular, gestão paisagística.

ABSTRACT

The research, part of a professional master's program in landscape architecture, examines the human dimension in the implementation of the European Landscape Convention (ELC). Grounded in authors such as Ian McHarg, Anne Spirn, and Michael Hough, along with the Landscape Observatory of Catalonia, the methodology incorporates analytical approaches and landscape readings. Focusing on the implementation of Landscape Plans in France, the analysis seeks to understand the influence of the human dimension on landscape management under the ELC. From the emergence of ecological planning to the enactment of the ELC in 2006, the research highlights the emphasis on popular participation, reflected in Landscape Observatories and management committees. The guiding documents of the Landscape Plans Club in France offer recommendations to facilitate effective public participation. In summary, the research contributes to the understanding of holistic and participatory landscape management, considering the landscape not only as a backdrop but as an active element in community life.

KEYWORDS: European Landscape Convention, human dimension, landscape architecture, public participation, landscape management.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de ensaiar uma análise crítica sobre aportes metodológicos para incorporação da dimensão humana do projeto, do planejamento e da gestão no campo da arquitetura da paisagem, no que tange às suas estratégias de planejamento e projeto, dentro de um recorte que se inicia com a proposta do chamado planejamento ecológico inaugurado por Ian McHarg no final da década de 1960, até implantação da Convenção Europeia da Paisagem e sua proposta de método participativo.

A CEP, promulgada em 2006, representa um marco internacional dedicado à paisagem, propondo uma abordagem inovadora ao posicionar a paisagem como elemento central de desenvolvimento. A ênfase na dimensão humana é evidenciada pela participação ativa da população na definição de objetivos de qualidade paisagística. A metodologia da CEP busca a cooperação entre diferentes atores territoriais e promove o envolvimento da comunidade em todas as fases, desde o conhecimento e diagnóstico até a dinâmica e desdobramento do projeto.

Os Observatórios da Paisagem surgem como instrumentos participativos, monitorando dinâmicas territoriais e envolvendo a sociedade na gestão e planejamento. Recomendados pela CEP, esses observatórios operam em diferentes níveis territoriais, reunindo agentes para a troca de informações e conscientização. São uma expressão prática da dimensão humana na paisagem, fortalecendo o papel ativo da sociedade na construção e preservação do ambiente.

Ao unir as perspectivas teóricas de McHarg, Spirn e Hough com as análises do Observatório da Paisagem da Catalunha, esta pesquisa busca não apenas compreender a relevância da dimensão humana na Convenção Europeia da Paisagem, mas também contribuir para o enriquecimento das práticas de arquitetura paisagística. A abordagem integrada proposta nesta pesquisa visa transcender as barreiras teóricas e práticas, promovendo uma visão mais holística e sustentável na gestão da paisagem

1. CONTEXTO

Esta pesquisa, parte integrante de um mestrado profissional em arquitetura paisagística, focaliza a dimensão humana na implementação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP). O embasamento teórico-metodológico é construído a partir de uma análise crítica de autores como Ian McHarg, Anne Spirn, Michael Hough, e da contribuição do Observatório da Paisagem da Catalunha. As análises críticas do Observatório da Paisagem da Catalunha oferecem uma perspectiva valiosa sobre a implementação da Convenção Europeia da Paisagem na prática. O monitoramento da execução da CEP e a troca metodológica entre os países signatários fornecem insights essenciais sobre os desafios e sucessos na promoção da dimensão humana na gestão paisagística.

A metodologia adotada nesta pesquisa integra abordagens analíticas, leituras de paisagem e trocas de experiências, alinhando-se com as contribuições teóricas dos autores mencionados. A pesquisa realizada sobre a implantação de alguns dos Planos da Paisagem, implantados na França, na década de 2010 e a análise comparativa de casos permitirão a exploração detalhada da influência da dimensão humana nas práticas de gestão paisagística sob a égide da CEP.



2. ANTECEDENTES A CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM (CEP)

A dimensão sociocultural na metodologia de McHarg e a crítica a sua metodologia

O final da década de 1960 marca o início de transformações ocorridas no âmbito da arquitetura da paisagem que se inicia com a proposta do chamado planeamento ecológico inaugurado por Ian McHarg.

A articulação entre as distintas escalas da paisagem, o reconhecimento de sua complexidade, bem como a reflexão sobre as práticas de planeamento e projeto urbano com base no necessário diálogo entre humanidade e natureza são fatores que podem ser observados no método de Planeamento Ecológico desenvolvido por Ian McHarg (1920–2001) no final dos anos 1960. Seu trabalho revela uma visão de reconciliação entre os processos naturais e as atividades humanas, vislumbrando no planeamento ecológico essa possibilidade de reaproximação.

Ian McHarg apresentou seu método no livro *Design With Nature*, publicado originalmente em 1969. Reconhecendo o lugar enquanto soma de processos e valores naturais e sociais, McHarg buscava identificar as qualidades de um espaço para determinar em que medida possibilitavam ou restringiam determinados usos da terra, defendendo que cada parte do território seria dotada de uma aptidão intrínseca a determinados ou múltiplos usos.

O método de McHarg propunha uma série de levantamentos representados em distintas cartografias e de sobreposição de análises temáticas relativamente aos recursos existentes na paisagem, genericamente desconsiderando o seu desenho.

O trabalho de McHarg apresentou ressonâncias ao longo do tempo e seu pioneiro método deixou importante legado ao campo da arquitetura da paisagem. Muitos autores e estudiosos da paisagem apresentaram, posteriormente, críticas a visão estritamente tecnicista do método ecológico de McHarg, porém ainda assim, na mesma linha que prevê a compatibilização entre as atividades humanas e a preservação ambiental, tais como Anne Spirn e Michael Hough.

O ‘planeamento e design ecológico’, como lhe chamava, tinha como principais noções a Natureza como processo e os lugares como produto da evolução física e biológica, funcionando como uma ferramenta de diagnóstico dos sistemas inter-relacionados, mostrando os problemas e oportunidades (SPIRN, 2000).

As críticas de Spirn e Hough estão ancoradas na abordagem de McHarg, ao pensar a cidade como parte constituinte da natureza, defendendo a estratégia de considerar (e mapear) os vários processos e características naturais — ciclo hidrológico, relevo, vegetação — e socioculturais em escala territorial — uso e ocupação do solo, patrimônio, lugares de memória -, portanto, de forma sistêmica para que seja possível realizar planos e projetos através de matrizes contemporâneas, atentas às dinâmicas da natureza.

Desta perspectiva surge a afirmação da análise que passa a comandar a intervenção nas paisagens, como que se pudesse ser o único resultado do estudo das paisagens (TRIEB, 2007).

3. CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM (CEP)

História da criação da convenção e seus antecedentes.

A Convenção Europeia da Paisagem – CEP, é o primeiro tratado internacional dedicado exclusivamente a paisagem em um conceito amplo e interdisciplinar, procurando alcançar uma



relação harmoniosa entre a proteção, gestão e ordenamento da paisagem, tendo como objetivo “promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio” (Council of Europe 2000).

A CEP introduz uma abordagem inovadora ao posicionar a paisagem com potencial para ser um elemento central de desenvolvimento, ao invés de vê-la apenas como um fator defensivo ou reativo. A convenção marca uma mudança significativa ao propor a superação do conflito entre o valor estético da paisagem e o desenvolvimento econômico por uma nova perspectiva, que busca aproveitar o potencial valor econômico dos lugares, sua história, cultura e identidade, atribuindo a população um protagonismo na sua gestão. A paisagem deste modo apresenta-se como elemento com potencial para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e promover o desenvolvimento territorial e local. Considerando ultrapassado o tempo em que falar de paisagem era quase sinônimo de falar apenas sobre sua proteção.

Em toda a Europa o desenvolvimento de políticas e programas de proteção e valorização da paisagem começam a se intensificar na década de 1970. Até a entrada em vigor da Convenção Europeia da Paisagem em 1º de julho de 2006, na França, por exemplo, a principal lei paisagística é a chamada *Loi Paysage*¹. Que pode ser considerado um das principais antecedentes legais da CEP.

Na época, um avanço proporcionado pela Lei da Paisagem francesa que também seria incorporado e ratificado pela Convenção Europeia da Paisagem, é a valorização da participação da população (“às aspirações que as populações têm quanto às características paisagísticas do seu meio”- Conselho da Europa, 2000: art. 1c), através da consulta pública e da criação de instrumentos como concelhos supra municipais (responsáveis pela elaboração em nível local dos planos e mapas da paisagem), o que favorece a não patrimonialização estática da paisagem, além de ir de encontro com a ideia de que uma paisagem é dinâmica e cujo carácter “resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e das relações que se estabelecem entre eles”.²

Outros dois instrumentos, precedentes a implantação da Convenção Europeia da Paisagem na França, que valorizam a paisagem através da sua integração a mecanismos de planejamento urbano, são a Lei de Orientação para o planejamento e desenvolvimento sustentável do território (*Loi d'orientation pour l'aménagement et le développement durable du territoire*, 1999) estabelece que na França é necessário conciliar progresso econômico, proteção social e qualidade ambiental e natural como recursos (e a *paisagem*). Contribuindo para a ampliação do conceito de paisagem incorporando a ideia da paisagem como recurso. E a Lei de 13 de dezembro de 2000, relativa à renovação urbana (*Loi parente à la solidarité et au renouvellement urbains, SRU*) estabelece que os planos urbanísticos são a expressão de um projeto de planejamento e desenvolvimento sustentável (*projet d'aménagement et de développement durable, PADD*), promovendo a redução da expansão em áreas não urbanizadas e o adensamento de áreas urbanizadas.

A Convenção Europeia da Paisagem (CEP) desencadeou uma importante renovação conceitual, administrativa e metodológica na abordagem da paisagem. O tratado foi construído a partir da constatação de que era necessário elaborar um instrumento legal dedicado exclusivamente à proteção, gestão e ordenação de todas as paisagens europeias.

¹ Lei 24/1993, de 8 de janeiro de 1993, sobre a proteção e valorização das paisagens

² Conselho da Europa, 2000: art. 1a



Com efeito, em 2000, o CEP definiu a paisagem como sendo “uma parte do território tal como é percebida pelas populações, cujo carácter resulta da acção de factores naturais e/ou humanos e das suas inter-relações”³.

Objetivos e propósitos da CEP: a ênfase na importância da dimensão humana através da valorização do processo participativo.

A metodologia desenvolvida pelos países signatários da CEP busca atingir metas e diretrizes compartilhadas e aprovados pelos diferentes grupos de atores que interagem com o território a que se refere. É importante ressaltar que os Planos de Paisagem incorporam processos participativo desde as primeiras fases.

A definição dos objetivos de qualidade paisagística não pode ser deixada exclusivamente nas mãos de especialistas que, a partir de uma análise visual do território, se propõem a configurá-lo unicamente com base numa sensibilidade ligada ao seu conhecimento. Os objetivos devem captar as aspirações dos cidadãos e, por isso, ao formulá-los, é preciso levar em conta os anseios destes, fruto de todo um sistema de representações sociais e culturais. Nogué, Joan; Puigbert, Laura; Bretcha, Gemma (eds.) (2009)

As fases básicas da elaboração de um plano paisagístico são quatro: conhecimento e diagnóstico; objetivos e ações de qualidade; a estratégia e o programa de ações e, por fim, o dinamismo e desdobramento do projeto. As três primeiras fases definem o que é conhecido como **Plano Paisagístico**.

O Plano Paisagístico é uma abordagem que permite compreender a paisagem como um recurso e uma forma de diálogo transversal para o ordenamento e desenvolvimento de um território. De um modo geral, a maioria dos planos tem em comum:

- Procurar a associação dos principais atores do ordenamento do território e da paisagem para facilitar o surgimento de ações concretas;
- Contar com a consulta dos habitantes, de forma a fomentar um envolvimento da comunidade em torno do projeto;

Em todas as fases a população é convocada a participar, através de oficinas fotográficas, oficinas de cartografias espontâneas, debates etc...

³ Convention Européenne du Paysage du 20 Octobre 2000, Chap I, Art 1, let a.

Figura 1 Configurando animação com escolas sobre paisagens, biodiversidade e práticas humanas no vale do Authié...



Fonte: Plano da Paisagem Vallée de l'Authie

Além disso, os objetivos de qualidade paisagística constantes do Plano de Paisagem e que emanam diretamente do CEP designam “a formulação, pelas autoridades públicas competentes, para uma determinada paisagem, das aspirações das populações no que diz respeito às características paisagísticas do seu ambiente de vida”⁴.

Outro instrumento para a preservação, valorização e ordenamento da paisagem, que reforça o papel participativo são os Observatórios da Paisagem, ou Observatórios Fotográficos da Paisagem (OPP) que herdam uma história de representações que associa a fotografia às práticas paisagísticas. Eles introduzem, como objetivo, o monitoramento dos desenvolvimentos territoriais, realizado pela própria população. A fotografia deixa de ser apenas comunicacional, passa a ser um suporte ao serviço do conhecimento dos territórios para “analisar os mecanismos e fatores de transformação do espaço bem como os papéis dos vários atores que são a causa de forma a orientar favoravelmente a ‘evolução do a paisagem» (comunicação do Conselho de Ministros de 1989).

Os observatórios da paisagem são recomendados como um dos instrumentos para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP). Eles operam como fóruns para a monitorização contínua das dinâmicas da paisagem em sua proteção, gestão e planeamento em diferentes níveis territoriais - local, regional, inter-regional e nacional – com tipos diferentes emergências, reunindo agentes na troca de informações e estimulando a conscientização da paisagem, pela sociedade.

Observatórios da Paisagem buscam estabelecer convênios com grupos de pesquisa de universidades e formam equipes de trabalho interdisciplinares, inclusive com especialistas em sistemas de participação pública e social, sendo previstos durante todo o processo de elaboração dos Planos de Paisagem, são instrumentos de participação do público.

Sendo uma das maiores contribuições da Convenção, a fomentação de programas educacionais e de comunicação visando a maior conscientização e participação da população nos debates das

⁴ Convention Européenne du Paysage du 20 Octobre 2000, Chap I, Art 1, let c.

políticas existentes. O governo tem encorajado as comunidades, organizações não-governamentais e autoridades locais a produzirem planos de ação

Figura 2: princípio de ação - oficina cartográfica e leituras de paisagens com representantes eleitos da Agglopolys



Fonte: Plano da Paisagem la Communauté d'agglomération de l'Albigeois

Assim a construção de um plano seguindo esse modelo é o debate, a sensibilização e o convencimento da sociedade com um "processo de participação máxima e repartição dos compromissos" (HAESBERT, 2007) em que foi necessário reaprender com a própria paisagem.

Essa é uma das forças dos observatórios de paisagem, reforçar a interação entre as pessoas e o território, entendendo que a participação é um caminho inerente e não apenas uma finalidade consultiva. Assim, a sociedade civil se transforma em um potente observador, trabalhando em cocriação, empoderando comunidades e não só como objeto de avaliação, mas como objeto ativo, evidenciando a dimensão humana da paisagem.

Figura 3: Visita municipal Communauté d'agglomération de l'Albigeois



Fonte: Plano da Paisagem Communauté d'agglomération de Blois Agglopolys

Para a CEP sem a dimensão humana não há paisagem, não somente porque a percebemos, mas porque o exercício de participação significa o exercício de democracia.

A paisagem é o produto da percepção da sociedade, e, portanto, as políticas dedicadas a ela devem ter como suporte os anseios dos cidadãos para que estes possam "desfrutar de paisagens de alta qualidade e desempenhar um papel ativo no desenvolvimento de paisagens" (Preâmbulo, CEP).

Essa é uma das principais preocupações e também um dos maiores desafios da CEP, incorporar para o centro das decisões sobre a paisagem, a dimensão humana e a sua participação efetiva, fortalecendo o sentimento de compromisso e reforçando o exercício de democracia.

Uma investigação exaustiva e aprofundada das representações sociais e dos sistemas de valores associados a todas as paisagens da área de estudo revela-se fundamental para a CEP. A busca pela dimensão humana que essas representações sociais significam, portanto, é considerada elemento fundamental nas metodologias propostas.

*Figura 4 Iniciativa “Vamos jardinar as nossas aldeias”:
Implementação de diversas ações participativas Desenvolvimento e plantação participativa de espaços públicos em
Mondoubleau*



Fonte: Démarches participatives dans le cadre d'un plan de paysage

A formação de comitês gestores é uma indicação de possibilidade participativa. Os membros deste comitê podem ser considerados representantes de determinadas populações do território. A sua consulta fornece informações sobre como as paisagens da área de estudo são apreciadas por estas populações. Informando sobre as percepções das populações que representam e não sobre as suas percepções pessoais.

A análise de diversas representações das paisagens da área de estudo fornece outras indicações. Estas representações podem ser artísticas (literárias, pinturas, fotografias, etc.), ou mais operacionais (guias turísticos, documentos de promoção territorial, postais, etc.).

As abordagens metodológicas indicadas servem como exemplos. Os inquéritos para captar representações locais de paisagens podem assumir diferentes formas: questionários, entrevistas individuais, entrevistas coletivas (ou grupos focais), etc.

Na França, desde o lançamento do concurso de projetos “Plano Paisagem” em 2012, foi criado um clube com o objetivo de prestar apoio técnico aos territórios que se empenharam nesta abordagem: O Clube de Planos Paisagísticos é um local de trocas e partilha de experiências entre territórios e de serviços dos territórios.

Entres as orientações fornecidas pelo Clube estão as publicações denominadas “Kit para facilitar a participação como parte de um processo de planejamento paisagístico”

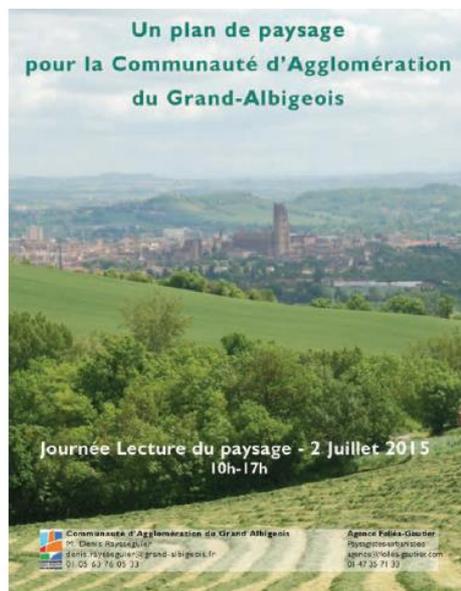
Este conjunto cadernos metodológicos são o resultado de um trabalho de participação realizado no âmbito de grupos de trabalho do Clube dos Planos Paisagísticos, que se reuniram entre 2014 e 2015 com cerca de quinze territórios vencedores das convocatórias de projetos de 2013 e 2015.

A publicação formaliza o retorno de um início relativo à participação da população na elaboração de diversos planos, identifica fatores de sucesso e, com base nisso, oferece recomendações gerais para líderes de projeto envolvidos em um processo de planejamento paisagístico. A publicação está estruturada da seguinte forma:

- Nota sobre os desafios da participação
- Nota sobre os atores da participação
- Modelos de fichas de ferramentas:
- Instruções para concurso fotográfico;
- Instruções para exposição fotográfica;
- Instruções para fomento de um observatório fotográfico;
- Instruções para realização de caminhadas paisagísticas ou oficina de paisagem in situ;
- Instruções para
- desenvolvimento de material de comunicação.

Outro importante documento que funciona com orientação para fomentação de participação popular na elaboração de planos de paisagem é o *Démarches participatives dans le cadre d'un plan de paysage* (Abordagens participativas como parte de um plano paisagístico - publicado em 2 de maio de 2016 / alterado em 27 de setembro de 2017.)

Figura 5 Exemplo de material de divulgação convocando a população para uma leitura da paisagem



Fonte: 1Plan de Paysage de la Communauté d'agglomération de l'Albigeois

Trata-se de uma tese de final de estudos realizada em 2015, por Louise Desmazières, no Gabinete de Paisagens e Publicidade do Ministério do Ambiente, Energia e Mar. Este estudo

permitted making an inventory of the approaches of participatory methods implemented by the winners of the competition of the Landscape Planning Club, to identify their strengths and highlight the difficulties encountered.

For this, a qualitative research was carried out among five winning territories of 2013: the community of the agglomeration of Blois-Agglópolis, the community of the municipalities of Saône Vosgienne, the Pays Ouest Creuse, the PNR of Causse du Quercy and the community of the municipalities of Trièves

These methods aim to reveal the different social representations of landscapes and the systems of associated values. The methodological indications developed by the signatory countries of the CEP, propose to capture the human dimension through local representations of a landscape

Figura 6 Reuniões para elaboração do Plano de Paysage de la Communauté d'agglomération de l'Albigeois



Fonte: Plan de Paysage de la Communauté d'agglomération de l'Albigeois

CONSIDERAÇÕES FINAIS

In general, the various methodologies point to the need to establish a good communication about participation in the development of the landscape plan, landscapes and participation, recommending to present the landscape as a resource of the territory where we can act, where one should highlight which interests can motivate action in the landscape starting from the municipal scale and expanding to the landscape unit

Another aspect to be highlighted is with regard to the operational and voluntary nature of the plan in order to legitimize participation through clearly defined objectives, highlighting the contributions of participation to the study and consequently to the territory, defining expectations of participation and aiming at the mobilization of a heterogeneous public.

Some recommendations for the establishment of a good communication about the participatory process are:

- Presentar as principais questões enfrentadas pela paisagem do território,
- Apresentar os interesses do plano paisagístico, no que diz respeito a agir em favor da qualidade de vida,
- Apresentar as diferentes etapas do plano paisagístico, enfatizando que o mesmo se materializará através de ações operacionais, de sensibilização ou regulatórias



- Detalhar qual é o objetivo pretendido pela consulta, em que etapas ela ocorrerá, de que forma será proposta, quais atores serão contatados (público em geral, representantes de grupos de atores, etc.), como poderão participar e quem no final decidirá.

A eficácia da participação depende da compreensão das relações entre os atores envolvidos, promovendo um ambiente de confiança entre os participantes e contando com mediadores durante situações conflituosas. A comunicação sobre a importância da participação deve focar a utilidade desse envolvimento para a qualidade do estudo, desde o diagnóstico até a identificação de linhas de ação.

Dessa forma, além de contribuir para a elaboração do plano paisagístico, a participação possibilita o surgimento de conexões entre os intervenientes locais, fomentando o diálogo e permitindo a implementação de ações mais coerentes. Essa abordagem evidencia a dimensão humana não apenas na paisagem em si, mas também em sua gestão, promovendo uma visão mais holística e sustentável da paisagem.

REFERÊNCIAS

- Convenção Europeia da Paisagem. Decreto nº4/2005 de 20 de outubro de 2000, Florença
- ARAUJO, Frederico Guilherme B. de; HAESBERT, Rogério (org.). Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Autores: Amélia Cristina Alves Bezerra... [et al.] Rio de Janeiro: Access, 2007. 136 p.
- HOUGH, Michael. Naturaleza y ciudad. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.
- MCHARG, Ian [1969]. Design with nature. Nova Jersey, John Wiley & Sons Inc., 1992.
- TREIB, Marc. Must landscapes mean? (1995). In: SWAFFIELD, Simon (editor). Theory in landscape architecture: A reader. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002. pp.89-102.
- SPIRN, Anne W. [1984]. O jardim de granito. São Paulo, Edusp, 1998.
- Nogué, Joan, Laura Puigbert, and Gemma Bretcha. 2009. Ordenació i Gestió Del Paisatge a Europa. Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya.
- Plan de paysage de la Communauté d'agglomération de Blois Agglopolys (Centre - Val de Loire) - <https://planpaysage.din.developpement-durable.gouv.fr/telechargez-le-plan-de-paysage-de-la-communaute-d-a112.html>
- Plan de paysage de la Communauté de communes du Pays de la Saône Vosgienne (Grand Est) - <https://planpaysage.din.developpement-durable.gouv.fr/telechargez-le-plan-de-paysage-de-la-communaute-de-a34.html>
- Plan de paysage PNR de Causes du Quercy - <https://www.parc-causses-du-quercy.fr/comprendre-le-parc/le-projet/charte/>
- Plan de paysage du Syndicat mixte du Pays Ouest Creuse (Nouvelle-Aquitaine) - <https://planpaysage.din.developpement-durable.gouv.fr/telechargez-le-plan-de-paysage-du-syndicat-mixte-a119.html>